



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE – PROFEI



JOSÉ CARLOS WINKLER

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA
OS PROFESSORES
Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

PONTA GROSSA

2022

JOSÉ CARLOS WINKLER

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA
OS PROFESSORES
Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – Mestrado Profissional em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte integrante da dissertação A Educação Física na modalidade de Educação de Jovens e Adultos para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira

Ponta Grossa

2022

Ficha catalográfica

W
77
5

Winkler, José Carlos

Guia de orientação para os professores: Educação Física na educação de jovens e adultos / José Carlos Winkler. Ponta Grossa, 2022.

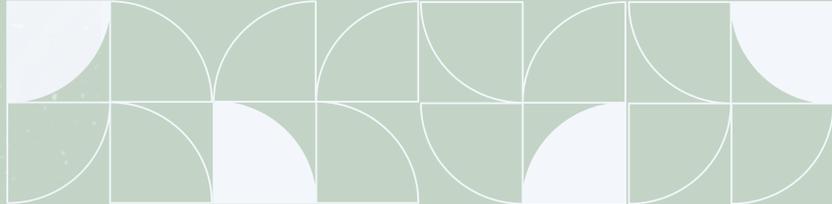
32 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira.

1. Educação inclusiva. 2. Educação - jovens e adultos. 3. Educação física. I. Oliveira, Rita de Cássia da Silva. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

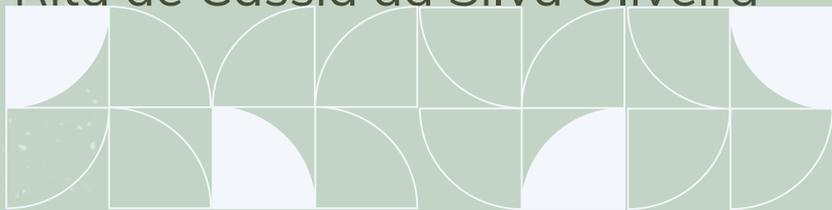
CDD:
371.92

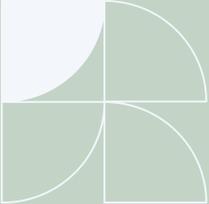


GUIA DE ORIENTAÇÃO
PARA OS PROFESSORES

Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

José Carlos Winkler
Rita de Cássia da Silva Oliveira





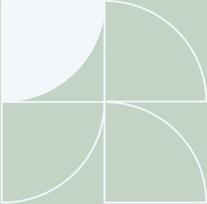
José Carlos Winkler
Rita de Cássia da Silva Oliveira

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA
OS PROFESSORES

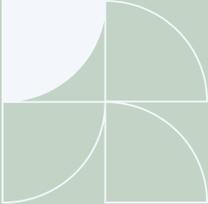
Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

2022





FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

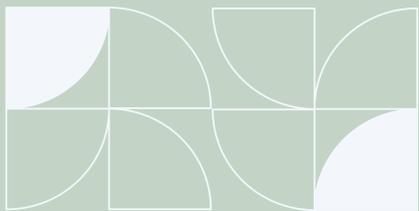


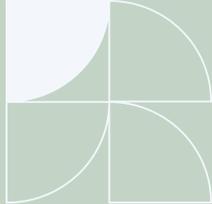
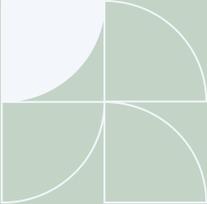
Guia Didático Formativo elaborado a partir da pesquisa de Mestrado "Educação Física na Educação de Jovens e Adultos", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-PROFEI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação de Jovens e Adultos. Educação Física

Finalidade: Contribuir com o processo formativo dos professores de educação física que atuam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na rede estadual de educação do Paraná.

Disponibilidade: irrestrita;

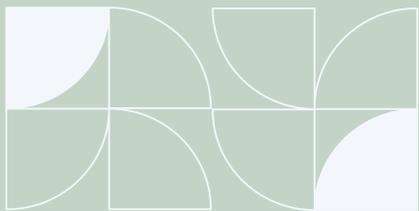


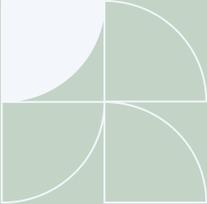


Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

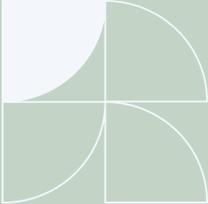
Paulo Freire

Pedagogia da indignação

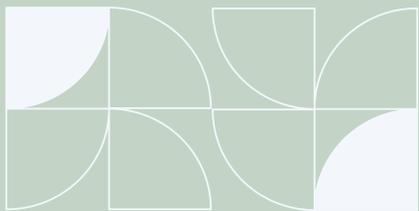


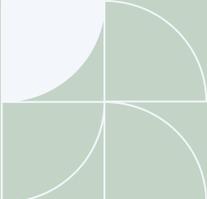


SUMÁRIO

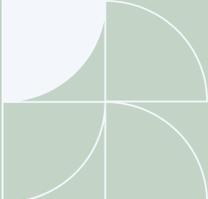


APRESENTAÇÃO.....	06
O DIREITO À EDUCAÇÃO.....	07
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	10
A EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS, A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO.....	14
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BNCC.....	17
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ.....	21
OS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EJA.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30





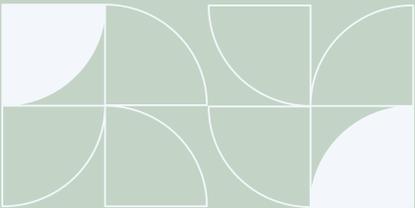
APRESENTAÇÃO

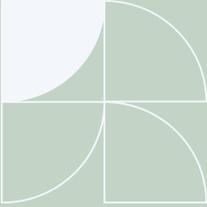


O presente trabalho é parte integrante da dissertação de Mestrado intitulada “Educação Física na modalidade de Educação de Jovens e Adultos”, do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Trata-se de um Produto Educacional que tem como proposta contribuir com o processo formativo dos professores da Educação Física, considerando as especificidades dos alunos atendidos na EJA, de modo que possa possibilitar a inclusão de todos os alunos, em particular daqueles que foram excluídos do processo de escolarização.

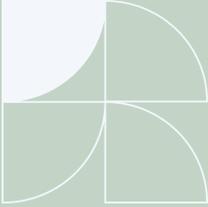
A proposta de formação continuada em serviço não pretende disponibilizar uma receita pronta, mas, de apontar possibilidades de reflexão a partir das especificidades dos alunos da EJA.

A estrutura organizativa do produto educacional compreende o referencial teórico como norteador da formação e as considerações finais.





O DIREITO À EDUCAÇÃO



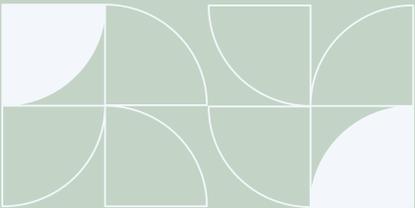
A partir da década de 1990 a universalização da educação tornou-se um tema recorrente nos discursos governamentais e também na formulação de políticas educacionais. As lutas e reivindicações de movimentos sociais evidenciou a necessidade de planejar ações voltadas para o atendimento das necessidades dos grupos minoritários, considerando suas especificidades e necessidades. Desde então, foram aprovadas legislações e implementadas políticas educacionais para assegurar o ingresso e a permanência de todos na escola.

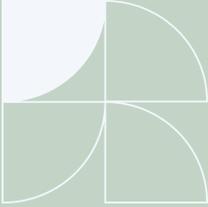
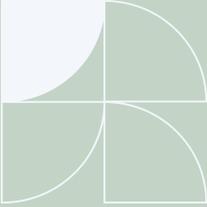
Na sociedade brasileira, regida por ideais democráticos, o direito à educação é um direito fundamental de todos os cidadãos. O direito à educação foi proclamado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), na qual afirma que a “[...] educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais [...]”.



Para saber...

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948.





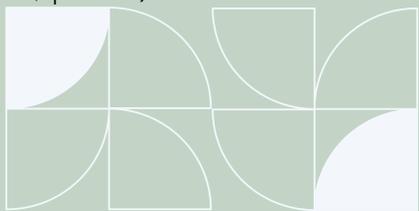
A defesa de direitos, principalmente á educação, evidenciou as mazelas e as desigualdades presentes na sociedade capitalista. Para amenizar e combater as desigualdades o discurso da inclusão social ganhou espaço em todas as áreas. Assim, iniciou-se fortemente movimentos em defesa dos direitos de grupos minoritários, identificados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada–IPEA como: idosos, pessoas com deficiência, LGBT(lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), mulheres, crianças e adolescentes, negros e outras minorias étnicas e religiosas, jovens e brasileiros no exterior.

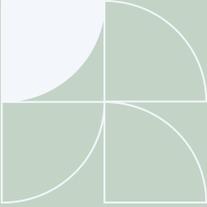
Não há na literatura uma definição clara e unânime a respeito do conceito de inclusão social, mas quando essa questão é abordada está relacionada com o conceito de exclusão. Para Faleiros (2006, p. 4) a exclusão é definida “[...] como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território”.

Para o autor, a exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação de um grupo sobre o outro.



No dicionário o termo “incluir” que quer dizer: estar incluído ou compreendido, fazer parte (HOLANDA, 1993, p.175).

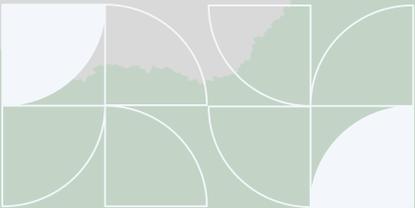




Então, o sentido contrário da exclusão seria o sujeito “fazer parte”, “estar incluído” como cidadão, exercendo e tendo a garantia de seus direitos na sociedade. Para Ribeiro (2006) é no conceito de exclusão, claro e transparente, que reside a sua fragilidade, pois ele não explica as razões que colocam algumas pessoas do lado de fora e outras do lado de dentro e muito menos justifica os motivos da exclusão.

Para efetivação de práticas inclusivas é necessário compreender que a inclusão social é “[...] um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997, p.41).

Para Ainscow (2009) há cinco formas de conceituar inclusão:

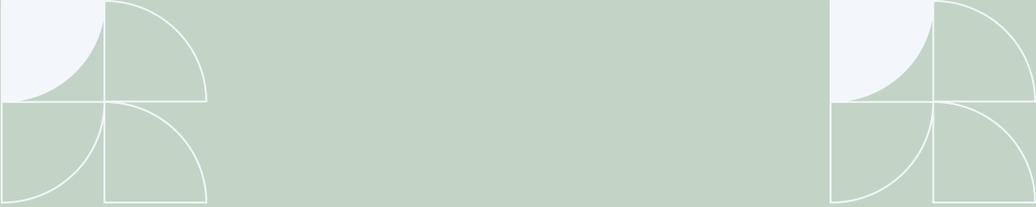
1. Inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
 2. Inclusão como resposta à exclusão disciplinar;
 3. Inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
 4. Inclusão como forma de promover escola para todos;
 5. Inclusão como educação para todos.
- 

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a qual afirma que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” Contudo, ainda são visíveis práticas que excluem e negam o acesso aos direitos básicos do ser humano. Em se tratando de educação, os profissionais que trabalham nas escolas, bem como gestores e técnicos precisam promover estratégias que estimulem a aprendizagem de todos, considerando seu ritmo de aprendizagem e especificidades e garantindo o direito à educação. A inclusão enfatiza que cada pessoa possui uma maneira singular de aprender e que a mesma deve ser desenvolvida respeitando o processo de cada um, sendo que a inclusão tem como principal objetivo o respeito à diversidade.

Todas as instituições de ensino bem como os seus profissionais devem promover um processo de construção de sistemas educacionais inclusivos a todos e isso, é garantido por meio de dispositivos legais. As legislações e políticas públicas que tratam a respeito da inclusão educacional tem como princípio a Constituição Federal, que assegura o combate ao preconceito e toda forma de discriminação, evidenciando o direito de todos à educação com igualdade de acesso e permanência. Isto está expresso no capítulo III do Art. 208:

é o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).



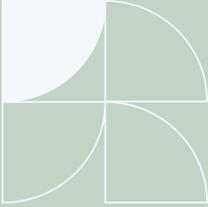
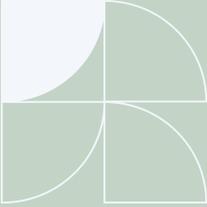
Essa mesma lei relata sobre o combate ao preconceito e discriminação, visando seu pleno desenvolvimento, e no Art. 205 acrescenta que as escolas devem trabalhar de acordo com os princípios constitucionais, o que envolve condições adequadas para a efetivação da referida lei. Contudo, a sociedade também precisa se adaptar e adotar práticas inclusivas, pois ela “[...] é democrática, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito de exercer a sua cidadania” (GODOY, 2000, p. 08).

No início da década de 1990 teve início o movimento de inclusão tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, expressas por várias políticas, programas e iniciativas orientadas para o reconhecimento da diversidade, promovidas a partir das demandas dos movimentos sociais (CANDAU, 2012). Ainda, para a autora, o desenvolvimento do direito à educação é caracterizado por duas ênfases: a expansão da escolarização e a afirmação da construção de uma educação escolar comum a todos, na perspectiva da afirmação da igualdade.

Em 1990, destacam-se dois documentos internacionais que tratam do acesso igualitário e inclusivo à educação e que futuramente influenciaram documentos nacionais sobre o mesmo tema.

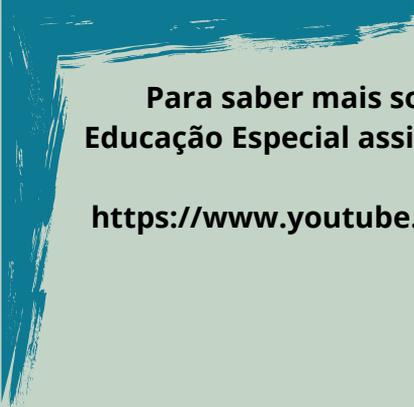


A Convenção sobre os Direitos da Criança e a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1989.



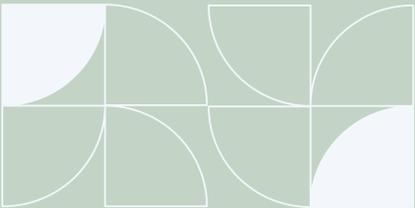
Esses documentos estabeleceram diretrizes educacionais para garantir uma educação de qualidade para todos. O documento em questão também tratou do direito à educação das pessoas com deficiência, definindo que é necessário desenvolver medidas que garantam a igualdade de acesso à educação, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1990).

Em 1994, a Declaração de Salamanca reconheceu a necessidade de as escolas criarem suportes para as aprendizagens e atender às necessidades individuais. Por esse motivo, a declaração propôs que “[...] as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994). No mesmo ano, no Brasil ocorreu a implantação da Política Nacional de Educação Especial que estabeleceu que aqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais”, (BRASIL, 1994), tem direito ao acesso às classes comuns do ensino regular.

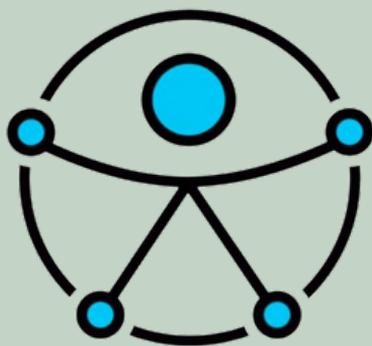


Para saber mais sobre a Política Nacional de Educação Especial assista ao vídeo disponível no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=BNJHDENq7QU>



Nessa legislação identificam-se pontos contrários aos princípios de inclusão, como por exemplo, a segregação dos considerados incapazes de acompanhar os alunos “normais”. Esses pontos foram corrigidos posteriormente por meio de novas legislações e políticas educacionais que procuraram garantir os princípios de uma educação inclusiva.



Esse é o novo símbolo da acessibilidade que foi elaborado pelas Nações Unidas, e será daqui em diante referido como o “logotipo acessibilidade”.

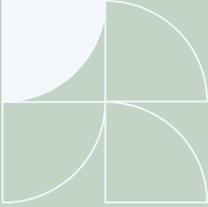
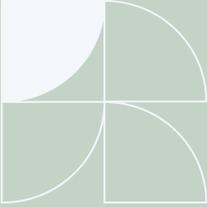
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO

Ao relacionar a educação física e a educação de jovens adultos, permite-se inferir que esses alunos não vivenciaram as atividades físicas ou pouco vivenciaram, pois por diversos motivos foram compelidos a abandonar a escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) afirma que “[...] a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica”. Na escola, ela desempenha um papel muito importante para a formação integral dos alunos, pois contribui tanto nos aspectos cognitivo e físico como psicossociais e se constitui em um momento de vivência significativa de prática de atividades corporais diversas (MAGNUS; CAMARGO, 2012).

Conforme Celante (2000) é por meio da educação física que os alunos podem compreender, questionar e criticar os valores que são atribuídos ao corpo e ao movimento corporal, para poder transformá-lo. Essa etapa do desenvolvimento do aluno é de suma importância, quando trata-se principalmente no desenvolvimento crítico e social, como também o seu papel na sociedade em relação aos seus direitos e deveres por meio da prática de esporte e atividades físicas em grupos. Segundo Neto (2012) é papel da escola proporcionar todos esses ensinamentos, para que os alunos se tornem cidadãos conscientes.

Darido (2004) reforça que a atuação do professor de Educação Física é de suma importância para os alunos,

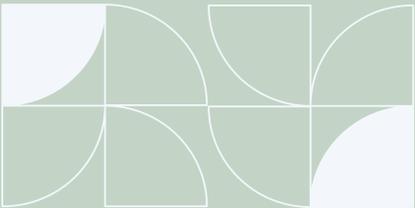


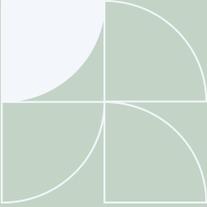
para o processo de desenvolvimento dos mesmos, uma vez que é ele o responsável pela organização da aula e escolhas dos conteúdos. Então cabe ao professor utilizar-se de todo o conhecimento adquirido durante a formação inicial bem como de suas experiências profissionais para promover uma aprendizagem significativa ao aluno.

O planejamento das atividades de educação física nas escolas, adequado ao projeto político-pedagógico, deve ocorrer respeitando os princípios do desenvolvimento humano, incluindo todas as pessoas que de alguma forma foram excluídos do processo de escolarização. “Uma educação inclusiva supõe desmitificar que todos os estudantes com ou sem deficiência não são idênticos, fazendo prevalecer uma atitude de respeito as suas diferenças e particularidades” (VILCHEZ, 2018, p. 15).

A respeito das metodologias diferenciadas e da individualidade de cada aluno, “[...] não se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar em um ambiente inclusivo. Contudo, não se deve entender este ambiente Inclusivo somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas” (CUNHA, 2012, p. 100).

O professor de Educação Física precisa ser um mediador de conhecimento e habilidades, e para que isso aconteça o mesmo precisa estar preparado para receber um aluno com características próprias e com histórias de vidas diversas, para que o processo de educação desse aluno seja proveitoso. Precisa ter em mente que estará

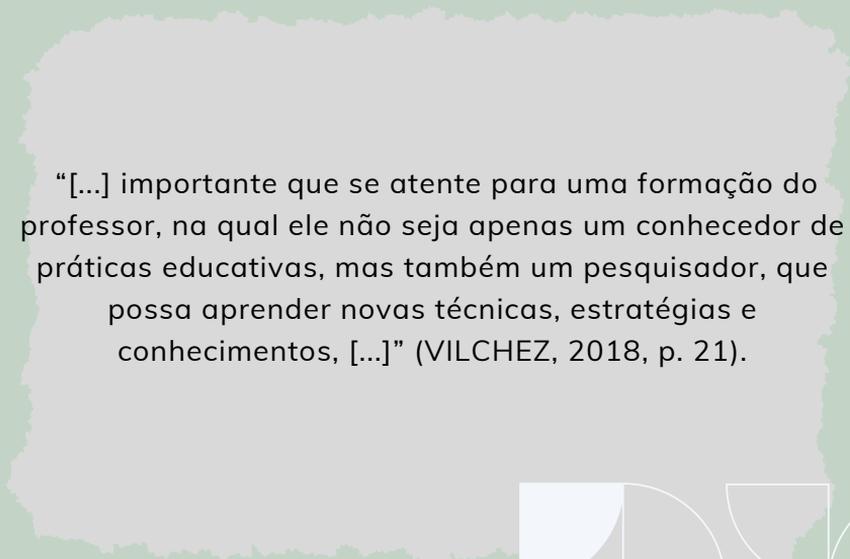




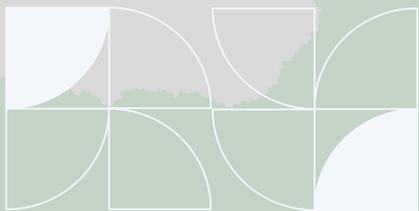
atuando com a diversidade que há nas salas de aula a fim de acolher adequadamente todos os alunos.

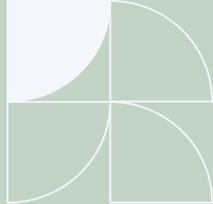
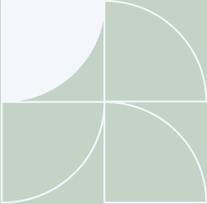
É notório que toda instituição e a sociedade como um todo necessita promover a inclusão e garantir que todo sujeito tenha condições de participar da sociedade em todos os quesitos possíveis. Nesse sentido, o professor de educação física precisa estar preparado para utilizar de maneira adequada os recursos disponíveis na escola e também ter conhecimentos a respeito de metodologias adequadas para atingir os objetivos previstos e desenvolver o aprendizado do aluno de forma significativa.

Diante da importância do conhecimento que o professor deve carregar a respeito da educação inclusiva, é necessário que o mesmo seja formado adequadamente e que busque a formação continuada para a melhoria da qualidade da aprendizagem. É

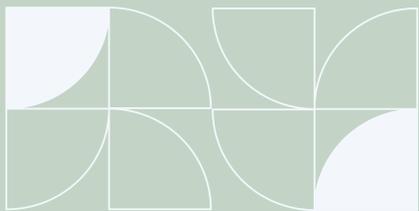


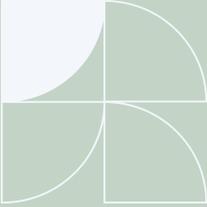
“[...] importante que se atente para uma formação do professor, na qual ele não seja apenas um conhecedor de práticas educativas, mas também um pesquisador, que possa aprender novas técnicas, estratégias e conhecimentos, [...]” (VILCHEZ, 2018, p. 21).



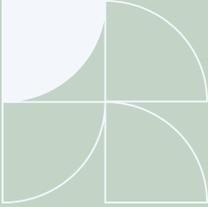


É necessário que haja uma consolidação de consciência sobre os direitos ao lazer, aprendizagem, inclusão e acessibilidade de todos os alunos por parte da instituição, bem como a inserção da comunidade no que tange a fiscalização e assecuração desses direitos. É necessária também a busca por estratégias da verdadeira efetivação do acesso das pessoas jovens e adultas em áreas recreativas da escola e espaços públicos.





A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BNCC

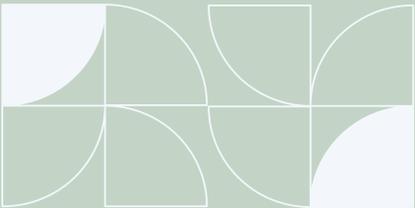


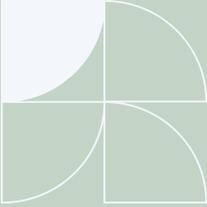
A versão final da Base Nacional Comum Curricular-BNCC foi publicada pelo Ministério da Educação, no dia 16 de abril de 2017 e tem como objetivo organizar a base nacional comum do currículo por etapas de ensino. No documento final não estão contempladas as modalidades de ensino, sendo orientadas separadamente conforme diretrizes próprias. A Educação de Jovens e Adultos-EJA, assim como as outras modalidades da educação básica, também tem como referência para elaboração de seu currículo a Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

Contudo, o documento não apresenta orientações específicas para esta modalidade, e as adaptações ficam a cargo de estados e municípios, também responsáveis pela adequação às realidades locais.

O documento da BNCC não estabelece uma base teórica a respeito do currículo, mas “[...] estabelece a relação entre o que é básico comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (BRASIL, 2017, p. 11). Entretanto, reforça-se que o currículo não é neutro, é produto da elaboração de um grupo de sujeitos com interesses próprios.

Assim, em se tratando da educação de jovens e adultos foi promulgada a Resolução nº 01/2021 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização- PNA e à Base Nacional Comum Curricular-BNCC.



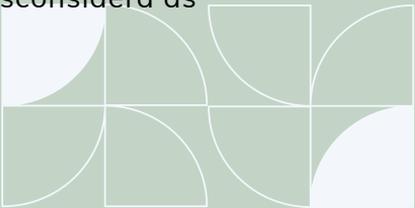


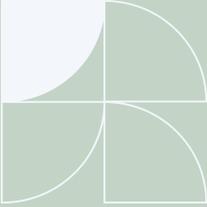
A resolução de 2021 além de enfatizar o alinhamento à BNCC e a PNA, institui a duração dos cursos e à idade mínima para ingresso; registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA; à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação à Distância (EaD); à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e por fim, a flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes.

A resolução menciona apenas no artigo 14 que a educação física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793/2003. Complementa ainda, que esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

A ausência de orientações para a elaboração do currículo da EJA foi motivo de críticas por parte de educadores e pesquisadores. O motivo é a especificidade da modalidade, que atende um público muito heterogêneo e distinto do ensino regular, o que exige adaptação tanto dos conteúdos abordados quanto da maneira de abordá-los na sala de aula.

Para Carvalho (2020) a educação de jovens e adultos possui público e currículo diferenciados e, ao ser negligenciado na BNCC, da forma como foi construída e aprovada, é considerada imprópria ao público da EJA. A definição de um currículo mínimo desconsidera as



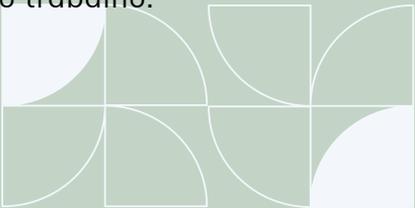


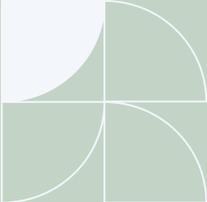
particularidades desses sujeitos e enfatiza a exclusão educacional. O currículo pressupõe uma sequência de conteúdos que, “[...] além de expressar os conteúdos de ensino, estabelece a ordem de sua distribuição por aqueles que definem o curso” (ZOTTI, 2006, p. 117).

Na Base Nacional Comum Curricular a Educação Física é parte integrante da área do conhecimento de Linguagens, juntamente com Língua Portuguesa, Arte e Língua Inglesa. Essa área do conhecimento tem como objetivo possibilitar aos alunos “[...] participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens” [...] (BRASIL, 2017, p. 63).

A análise de Tavares (2019) a respeito da educação física na BNCC permite inferir uma secundarização desse componente curricular, juntamente com a redução da abrangência nas etapas da educação básica. A incorporação da disciplina como componente da área de linguagem não está clara, uma vez que esse assunto não é consenso no meio acadêmico.

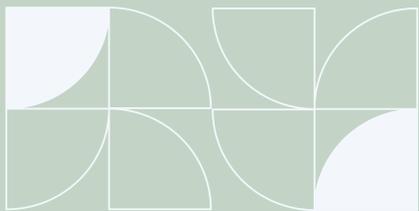
Para Tavares (2019) a Educação Física é um campo de conhecimento que visa à formação humana, mais abrangente que a dimensão das linguagens, ao transmitir e problematizar no currículo escolar questões técnicas, táticas, históricas, culturais, sociais, afetivas que envolvem os exercícios físicos - as danças, a ginástica, os jogos, o esporte, as lutas, o lazer, a saúde e o trabalho.





A autora enfatiza a possibilidade de aprofundamento da desvalorização da educação física diante da maior relevância dada pelo currículo escolar às disciplinas que compõem as exigências das avaliações externas, como por exemplo, a língua portuguesa.

Nesta direção, é necessário construir um currículo para EJA de modo que valorize os conteúdos da educação física, sem perder de vista as características dos alunos atendidos por esta modalidade. Ao aliar os conteúdos e as singularidades dos alunos, a partir das realidades sociais, a educação física vai além de práticas esportivas e atividades físicas, ultrapassando a visão mecanicista e promovendo a formação de sujeitos com autonomia crítica e consciência de seus direitos. Contudo, para a efetivação desse processo, a escola precisa superar as práticas fragmentadas e descontextualizadas, que não considera o conhecimento como algo mais amplo, mas em “compartimentos fechados”.

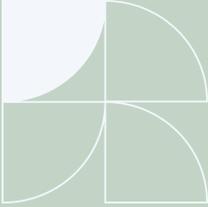
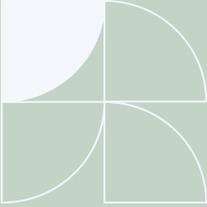


A EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), os estados passaram a discutir e reelaborar seus currículos para nortear o ensino, nas suas etapas e modalidades. Assim, o Estado do Paraná, após aprovação da BNCC, por meio da Secretaria de Estado da Educação iniciou as discussões a respeito da reformulação do currículo para todos os componentes curriculares. O ponto de partida para reformulação foi à realidade educacional do estado, considerando o número de municípios, taxas de matrículas e índices voltados para alfabetização e desenvolvimento da educação.

Assim, em 2018 foi aprovado o Referencial Curricular do Paraná que têm como princípios orientadores a educação como direito inalienável de todos os cidadãos; a prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola; a igualdade e equidade; o compromisso com a formação integral; a valorização da diversidade; a educação inclusiva; a transição entre as etapas e fases da educação básica; a resignificação dos tempos e espaços da escola e por fim, a avaliação a partir de uma perspectiva formativa (PARANÁ, 2018).

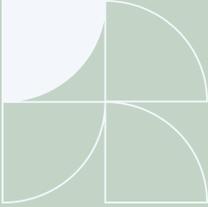
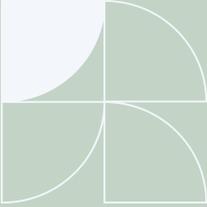
O referencial é composto de uma parte introdutória que apresenta a contextualização e o processo de elaboração, os princípios, direitos de aprendizagem gerais da educação básica, as concepções norteadoras do trabalho pedagógico na educação infantil, articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental; e por fim, a organização curricular (PARANÁ, 2018).



Especificamente, sobre a educação física, os objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem estão organizados em seis unidades temáticas que serão abordadas durante os anos do Ensino Fundamental: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura.

Em 2021 foi finalizado o Currículo da Rede Estadual do Paraná - CREP, sendo organizado por disciplinas, o documento fornece subsídios para o planejamento docente por meio de conteúdos e metodologias que potencializem a aprendizagem dos alunos. O CREP constitui-se como um documento orientador, considerando-se as especificidades da rede estadual paranaense e tem como objetivo complementar e reorganizar o Referencial Curricular do Paraná, abordando as principais necessidades e características do ensino à luz da BNCC. Na versão final a Educação Física, destinada ao ensino fundamental, contempla as seguintes unidades temáticas: esportes, brincadeiras e jogos, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura. É perceptível que rol de conteúdos descritos nas unidades temáticas do componente curricular possibilita ao professor trabalhar sobre vários vieses em sua aula. Dessa forma, existem estratégias pedagógicas teóricas e práticas para desenvolver um trabalho educativo com alunos de diferentes idades, de modo que favoreça uma formação voltada para a autonomia crítica. Em se tratando da educação de jovens e adultos, como a educação física pode possibilitar a formação dos alunos





numa perspectiva emancipadora na qual os sujeitos sejam protagonistas da história? Ao analisar os documentos, sejam nacionais ou estaduais, essa formação na perspectiva emancipadora torna-se uma grande tarefa para os professores e gestores da educação. Novamente, nos documentos estaduais a EJA está invisibilizada, restringindo-se a formulação de documentos específicos para essa modalidade.

As condições e mazelas em que se encontram muitas escolas brasileiras impedem avanços no processo de ensino e de aprendizagem, isso se agrava quando se trata de uma parcela da população que se encontra marginalizada e com baixo nível de escolarização. As motivações sejam econômicas ou sociais, em que os alunos chegam até a EJA, tornam-se uma possibilidade de inclusão educacional e social. Nesta direção, a educação física numa perspectiva crítica, aproxima os conhecimentos científicos com a realidade social, possibilitando a emancipação dos sujeitos.

A educação na EJA tem por objetivo além de um cumprimento legal o construto pleno da cidadania, apesar das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem. É necessário um olhar atento do professor para essa modalidade de ensino, de modo que possa viabilizar o acesso ao conhecimento científico com diferentes metodologias e conteúdos relacionados a necessidade dos alunos, considerando suas especificidades, pois embora já exista um percurso na educação física de jovens e adultos, muitos caminhos ainda precisam ser percorridos.

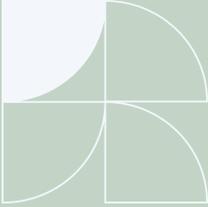
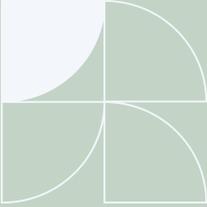


OS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EJA

Os conteúdos estruturantes da educação física contemplam as seguintes unidades temáticas: esportes, brincadeiras e jogos, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura, conforme o CRP (2021).

O esporte é considerado uma produção histórico-cultural, pois está subordinado aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, “[...] não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 48).

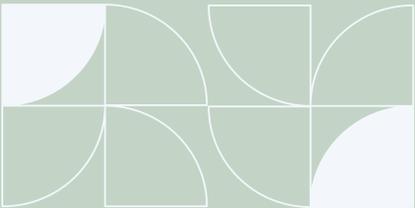
O esporte faz parte da cultura corporal, entretanto, é necessário superar a competição e o individualismo e resgatar a solidariedade e respeito humano. Em uma pesquisa realizada por Coelho, Silva e Azevedo Junior (2018) com professores da educação básica a respeito dos conteúdos trabalhados, demonstrou que a totalidade dos participantes trabalha com esportes coletivos (100%); atividade física e saúde (66,7%); alongamento/ginástica (66,7%); atletismo (22,2%); atividades recreativas (22,2%); xadrez (22,2%); lutas (11,1%). Para os autores as discussões sobre "saúde e qualidade de vida" ajudam a justificar o número de professores que relatou à utilização de aulas teóricas, principalmente, as barreiras relacionadas à estrutura para educação física no ensino noturno e devido aos aspectos característicos dos alunos (diferenças de idade, cansaço advindo da rotina de trabalho, entre outros) acabam por favorecer tal estratégia metodológica.

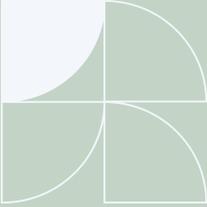


As atividades relacionadas ao atletismo, atividades recreativas, xadrez e lutas apresentam índices muito baixos trabalhados pelos professores. Infere-se nesse caso a falta ou a estrutura precária de materiais e recursos para desenvolver uma prática de ensino contextualizada para os alunos. Por outro lado o conteúdo relacionado a dança e práticas corporais de aventura sequer foi mencionado pelos professores.

O desenvolvimento de práticas de educação física nas escolas favorece a saúde física dos alunos. Especificamente na educação de jovens e adultos contribui para a criação de hábito de saúde saudáveis. Por outro lado, a ausência da prática de atividade física entre os jovens aumenta o risco de obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, pressão alta e outras doenças. Ao promover a educação física nas escolas, os educadores estão em uma posição privilegiada para ajudar os alunos a estabelecer padrões de comportamento saudáveis ao longo da vida e aumentar o seu sucesso escolar. (CHEN et al., 2012, p. 195-208).

Ao promover a educação física (EF) nas escolas, os educadores estão em uma posição privilegiada para ajudar os alunos a estabelecer padrões de comportamento saudáveis ao longo da vida e aumentar o sucesso escolar. No lado positivo, estudos mostram que apenas 20 minutos de caminhada afetam o funcionamento do cérebro, ajudando a estimular a mente dos alunos e melhorar o sucesso acadêmico.





Não só foi encontrada uma forte correlação entre altos índices de condicionamento físico e altos índices acadêmicos, mas os alunos que participam ativamente das aulas de educação física têm maior probabilidade de permanecer ativas durante o horário pós-escola.

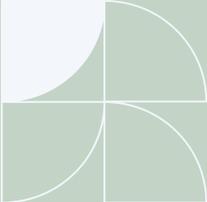
Portanto, são inúmeras as estratégias utilizadas pelos professores de educação física na educação de jovens e adultos para que haja respeito pelas especificidades dos alunos dessa modalidade, garantido a inclusão de todos os alunos.

Os conteúdos de educação física na EJA podem ser abordados a partir da realidade social dos alunos e das experiências que trazem consigo, de modo que possam ser incorporados no planejamento do professor e das condições (estrutura/recursos/materiais) que a escola possibilita.

Compreende-se que a educação está inserida em uma sociedade marcada por desigualdades, mas também, tem possibilidades para tornar-se um instrumento de promoção de uma sociedade justa e humana. A escola pode assumir um papel de reprodução da sociedade, porém, se a humanidade é produzida historicamente pelo conjunto de homens, a instituição escolar pode ser instrumento para promoção da transformação necessária para a sociedade.

Quando se trata de práticas pedagógicas é necessário que o professor que atua na EJA possua o conhecimento acerca do percurso histórico e das principais concepções dessa modalidade de ensino, para que então possa ser reflexivo e utilize de uma didática diferenciada e eficiente no seu trabalho educativo.

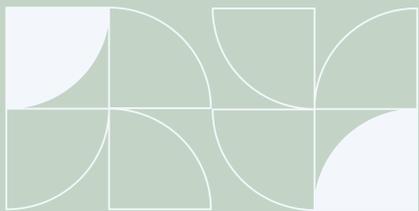




Para Freire e Carneiro (2016), o docente que atua na EJA deve estar embasado teoricamente no sentido de favorecer a construção do conhecimento a partir do diálogo e do respeito aos conhecimentos prévios do educando, buscando a produção e a utilização das múltiplas linguagens.

É fundamental a realização de reflexões acerca dos diferentes tipos de materiais didáticos disponíveis e sua relação com os métodos de ensino. Os conteúdos selecionados deverão encontrar coerência no que se refere aos objetivos a serem alcançados junto aos alunos.

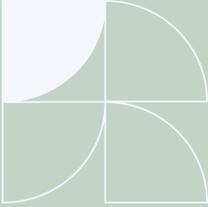
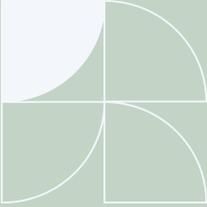
Seguindo esse raciocínio, é importante considerar os suportes informativos, como, por exemplo, livros didáticos e também o envolvimento do uso de tecnologias. Os alunos da educação de jovens e adultos devem estar envolvidos na aprendizagem, podendo, assim, em momentos oportunos, participar da escolha dos materiais didáticos (FREIRE; CARNEIRO, 2016).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho educativo com os alunos da EJA é desafiador, uma vez que demanda condições relacionadas à estrutura das escolas, de materiais e recursos pedagógicos disponíveis na escola. Entretanto, os professores participantes da pesquisa relataram a preocupação com as especificidades dos jovens e adultos e o trabalho com todos os conteúdos definidos no currículo estadual. Certamente existem muitos entraves que dificultam o trabalho educativo da educação física na EJA, mas primeiramente é necessário elaborar um currículo que atenda a realidade social dos alunos. A articulação de ações conjuntas entre os gestores públicos e os profissionais da educação fortalece o papel da escola e promove a melhoria da qualidade da educação, possibilitando a efetivação do direito à educação a todas as pessoas.

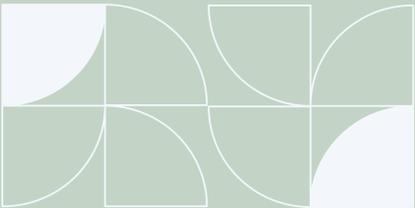
Assim, a ação conjunta de todos os profissionais da educação, particularmente dos professores da educação física que atuam na EJA, possibilita a elaboração de um currículo direcionado às especificidades desses alunos, direcionado para uma cultura corporal que enfatize a formação do ser humano de modo integral e emancipador. A análise dos dados demonstrou que a partir das categorias definidas (conteúdos estruturantes da educação física, metodologias, recursos pedagógicos e avaliação da aprendizagem da educação física na EJA e a educação física na EJA), a preocupação dos professores para com a aprendizagem e bem estar dos alunos dessa modalidade de



ensino. Todos os professores participantes relataram que trabalham todos os conteúdos do referencial curricular e que conseguem ampliar as discussões com outros temas que são direcionados para as necessidades dos jovens e adultos, tais como: cuidados com alimentação, índice de massa corporal, frequência cardíaca, anabolizantes, esportes, importância da atividade física nas diferentes idades, ou seja, exploram as unidades temáticas de uma forma mais ampla e prática.

Durante o processo de ensino e aprendizagem com jovens e adultos, o professor deve ter clareza dos objetivos a serem alcançados, da utilização de recursos e metodologias coerentes para se atingir as metas, além de uma avaliação que contemple todo o processo educativo.

Em relação à última categoria relacionada a educação física na EJA percebeu-se a preocupação dos professores com o ensino e a heterogeneidade dos alunos que frequentam essa modalidade. Nas respostas em relação às perspectivas da educação física para a EJA percebem-se tentativas para superar as atividades mecânicas e técnicas, contemplando conteúdos que se tornem atrativos e atendam as expectativas dos alunos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_227_.asp. Acesso em: 6 set. 2021.

BRASIL. Lei 9393/96 de 12 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1996.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CARVALHO, Kely Rejane Souza dos Anjos de; CARVALHO JUNIOR, Ciro Ferreira de CARVALHO JUNIOR; SANTOS, Jocyleia Santana dos; SOUSA, Graciene Reis de. Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC. Educação em Revista, Marília, v.21, n. 02, p. 51-64, 2020.

CELANTE, A. R. Educação física e cultura corporal: uma experiência de intervenção pedagógica no Ensino Médio. 2000. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo, SP: Cortez, 1992. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor). 14ª. reimpressão.

REFERÊNCIAS

COELHO, Edison Duarte Coelho; SILVA, Patricia Machado da; AZEVEDO JUNIOR, Mario Renato. A educação física na educação de jovens e adultos: um diagnóstico em escolas do sul do Rio Grande do Sul. *Arquivos em Movimento*, v.14, n.2, p.68-84, Jul\ Dez 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/19229>

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. p. 100.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2004, 18(1), 61-80.

FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. Reflexão sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Vol. 1, no. 10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2016.3469>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GODOY, A.; et al. Cartilha da Inclusão dos direitos das pessoas com deficiência. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2000.

MAGNUS, E.; CAMARGO, M. A Contribuição da Educação Física para o desenvolvimento dos Aspectos Físico, cognitivo e psicossocial junto à educação infantil. *Efdesportes.com*, Buenos Aires, set.2012

PARANÁ. Secretaria de estado da Educação. Referencial curricular do Paraná. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricul_ar_parana_cee.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

ZOTTI, Solange Aparecida. O currículo no Brasil Colônia: proposta de uma educação para a elite. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista – BA, vol. 2, nº 2, 115-140, 2006.